

AS FRONTEIRAS EPISTEMOLÓGICAS ENTRE GEOGRAFIA E HISTÓRIA E A TRAVESSIA CONCILIADORA NA GEO-HISTÓRIA DA EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA¹

Weber SOARES²

Resumo

Em que consiste a Geo-história? Quais são os marcos orientadores de estudos que informam práticas autênticas desse campo do saber? Quando o exercício epistemológico próprio da Geo-história é realizado, que tipo de conhecimento se obtém? Essas interpelações, que conferem norte ao caminho analítico trilhado neste texto, ancoram-se no entendimento de que a materialidade do território demanda empenho elucidativo. Daí, o significado ontológico do território fundamenta uma epistemologia do território que retira sua força heurística da tensão entre os processos de ordem local e os de ordem vasta. As diretrizes referentes ao tipo de conhecimento que é conveniente esperar e da pauta de causalidades a que se ater no curso ordinário de estudos que perfilham os princípios geo-históricos coram aqui o esforço de coerir o referencial teórico sobre a Geo-história e as historiografias concernentes à gênese da expansão marítima portuguesa.

Palavras-chave: Geo-história. Epistemologia territorial. Expansão marítima portuguesa.

Abstract

Epistemological boundaries between Geography and history and the Geo-History conciliatory crossing of portuguese maritime expansion

What is Geo-history? What are the guiding marks that inform authentic practices of this field of knowledge? What kind of knowledge is obtained when the own practices of the geo-history are carried out? These issues which serve to guide our analytical view are based on the understanding that the materiality of territory demands elucidative effort. Hence the ontological meaning of the territory underlies an epistemology of the territory, drawing its heuristic strength from the tension between the processes of small-scale and processes of wide-scale. Some reference points to orientate purely geo-historical studies are listed at the end this paper.

Key words: Geo-history. Territorial epistemology. Portuguese maritime expansion.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil

² Professor e pesquisador do Departamento de Geografia - Instituto de Geociências - IGC/UFMG - Rua Guaicuí, 775 - 301 - Bairro Coração de Jesus - CEP 30 380-380 - Belo Horizonte - MG - E-mail: weber.igc@gmail.com

INTRODUÇÃO

A intelecção sobre os nexos entre geografias e resultantes temporais pretéritas sumariza a ordem de preocupações que, na consecução deste texto, movimenta o conhecer. Por uma espécie de lógica imperativa, o pressuposto de que a geografia do mundo tem muito a dizer sobre o que acontece em sua história guia o olhar quanto ao caráter das interpelações que conferiram norte ao caminho analítico aqui trilhado, a saber: Em que consiste a Geo-história³? Quais são os marcos orientadores de estudos que informam autênticas práticas desse campo do saber? Quando o exercício epistemológico próprio da Geo-história é realizado, que tipo de conhecimento se obtém?

Esse caminho analítico seguiu primeiro ao encontro de recortes teóricos que tomam a seu cuidado os vínculos epistemológicos entre Geografia e História. A necessidade de lapidar a sensibilidade geográfica para tirar proveito da história “especializada”, da história que se volta à diversidade, às singularidades, à distribuição territorial dos fenômenos e à forma pela qual esses mesmos fenômenos se combinam, faz companhia ao entendimento de que a materialidade do território demanda não o elidir, mas empenho elucidativo.

Uma epistemologia territorial ancora-se no significado ontológico do território e retira do diálogo/tensão entre os processos de ordem local e os de ordem vasta sua força heurística: realidades de espaço e lugar responderiam, então, por incontáveis genealogias processuais em virtude de constrangimentos que essas mesmas realidades impõem a processos de ampla escala. Nessa tensão, fundamentam-se, em boa parte, o caráter incerto, contingente e inesperado das dinâmicas socioespaciais e a matriz de possibilidades continente de trajetórias de iniciativa e autonomia.

A posse das chaves de leitura garimpadas no referencial teórico sobre a Geo-história, dos parâmetros que servem para avaliar o fazer típico desse campo do saber dá suporte ao passo analítico seguinte: avaliar o nível de aderência das interpretações de Moraes (2000) e Thomaz (1994) sobre a gênese da expansão marítima à história “especializada”. O materialismo histórico e o método escolástico conduzem a explicações distintas: se, neste caso, o pioneirismo expansionista português é *resíduo empírico* que não encontra causa em processos que parecem comuns à Europa; no outro, a acumulação primitiva é vetor que subordina as singularidades portuguesas à ordem mais ampla de motivações gestadas pelo capitalismo.

Enfim, a diligência de coadunar o referencial teórico sobre a Geo-história e as historiografias concernentes ao expansionismo europeu quinhentista é coroada aqui pelo precisar dos marcos que servem de orientação às modulações prováveis do tipo de conhecimento que é conveniente esperar e da pauta de causalidades a que se deter no curso ordinário de estudos que perfilham os princípios geo-históricos.

GEOGRAFIA HISTÓRICA, SENSIBILIDADE GEOGRÁFICA E EPISTEMOLOGIA TERRITORIAL

À concepção de Mitchell de que a geografia-histórica não é tanto um empreendimento acadêmico uniforme, impulsionado por um misto de interesses teóricos e práticos, mas sim uma compilação solta e eclética de investigações que constituem uma espécie de amplo mistério, Philo contrapõe o princípio epistemológico de que a “[...] complexa geografia do

³ Geo-história, geografia histórica e história especializada, por traduzirem campo do saber que comporta objetivos idênticos, informa as mesmas práticas cognitivas, retira de fonte similar sua força heurística, observa as mesmas diretrizes ao proceder as análises de problemas que se inscrevem no âmbito das conexões entre tempo e espaço, obtém intelecção de natureza análoga e aciona, enfim, o mesmo campo semântico, podem ser, em razão disso, considerados termos intercambiáveis.

mundo está estreitamente ligada ao que acontece em sua história” (Philo, 1996, p. 270). Daí, uma sensibilidade geográfica deveria pautar o estudo dos fenômenos econômicos, sociais, políticos, demográficos etc. do passado, fenômenos esses que “são a própria substância da história” (PHILO, 1996). A admissão de que um punhado de fatores geográficos – as características econômicas e políticas de determinada região, a coordenação de pessoas em diferentes lugares e o movimento de pessoas e de informações pelo espaço – são fundamentais à criação de pedaços de história significa enaltecer a sensibilidade geográfica em face de um arraigado historicismo, “[...] de uma tendência que os estudiosos de quase todos os credos têm de interpretar o mundo social à luz de relações temporais, isto é, de cadeias de causas e efeitos que se perseguem ‘através dos anos’” (PHILO, 1996, p. 271).

A locução “geografia histórica” guarda os marcos do divórcio analítico entre o entendimento da História como ciência das relações temporais e da Geografia como ciência das relações espaciais e ainda remete ao que seria um empreendimento reconciliador. Geografia e História mantiveram-se em campos disciplinares à parte ainda que essa cisão tenha adquirido traços mais sutis: não estariam elas separadas tanto pela ordem de preocupações relacionais do tempo e do espaço, mas sim, no dizer de Beaujeu-Garnier, porque “[...] uma se concentrava em objetos imateriais (ou ‘ideais’) tais como pensamentos e ações humanos, enquanto a outra se concentrava em objetos materiais tais como casas, linhas ferroviárias, nuvens, plantas e morros” (PHILO, 1996, p. 274). Logo, a prática efetiva da geografia histórica implicaria certo distanciamento do fator tempo, a concentração das pesquisas sobre fenômenos materiais e o afastamento das preocupações, teorias e métodos da História.

Ainda no âmbito dessas oposições, as possibilidades de uma espécie de junção disjuntiva entre Geografia e História foram sugeridas por Darby (PHILO, 1996): dar conta da história por trás da geografia, isto é, dos impactos na paisagem resultantes dos acontecimentos de longo prazo consistiria no tipo de fazer próprio da geografia histórica; ao passo que revelar a geografia por trás da história, mostrar a forma pela qual o curso da história humana se relaciona com “[...] controles postos em ação pelos atributos naturais e humanos da base geográfica de determinada região” (PHILO, 1996, p. 275), corresponderia ao que é próprio da história geográfica. Para Darby, lançar mão de fatores geográficos para explicar acontecimentos históricos seria um exercício de História, de história geográfica e não de Geografia.

Fronteiras epistemológicas traçadas, atuação de geógrafos e historiadores restrita a campos disciplinares específicos. Assim, se determinados estudos estivessem ancorados em objetos materiais de paisagens do passado seriam classificados como estudos de geografia histórica; mas se eles se concentrassem em acontecimentos, entidades e estruturas mais imateriais da história, se tratassem de algo da Geografia por trás da História, então estariam a serviço da história geográfica (PHILO, 1996).

Ora, a geografia histórica, segundo Philo (1996), deixou, em período recente, de respeitar as fronteiras entre esses dois campos do conhecimento, pois o foco de muitos estudos em geografia histórica foi deslocado da materialidade de fatos geográficos para a imaterialidade de fenômenos históricos, ou melhor, “[...] boa parte da pesquisa se voltou para fenômenos com [...] um impacto mínimo sobre o solo” (PHILO, 1996, p. 276). Nesse caso, as geografias passadas em vez de se apresentarem como fenômenos por serem explicados tornaram-se parte da explicação para um “[...] raio de acontecimentos mais imateriais, para entidades e estruturas que, por convenção, são tratados no campo da história” (PHILO, 1996, p. 277).

O reconhecimento de que as realidades de espaço e lugar são fundamentais na gênese e progressão dos acontecimentos históricos serve de alerta para o que Foucault chama de história total. Uma história que busca a face de um período, que estabelece uma nítida linha em torno de determinada época, de determinado lugar e depois julga que todos os eventos e fenômenos encontrados no interior desse recorte espacial estão ligados por forma, princípio, importância ou lei comum (PHILO, 1996). O que Foucault desaprova

[...] é a forma pela qual os historiadores tão frequentemente suavizam o caos e as arestas recortadas da história ao fazer com que as coisas pareçam nitidamente ordenadas e coerentes; desaprova a maneira como eles patinam sobre as minúcias de pequenos detalhes da pequena escala e do dia-a-dia que podem parecer confusos de certa distância [...], mas eram a substância das práticas, lutas, esperanças e receios das pessoas no passado (PHILO, 1996, p. 290).

Outra história se faz necessária em face dessa história total, uma história “especializada” que fale, como quer Foucault, de “[...] séries, divisões, limites, diferenças de nível, desvios, especificidades cronológicas, formas particulares de remanejamento, possíveis tipos de relações” (PHILO, 1996, p. 291). A imagem espacial que se deve mobilizar para captar o caráter dessa história “especializada” não é a de um núcleo central que irradia efeitos e influências, mas uma planície imaginária sobre a qual as coisas, os eventos e fenômenos, estão dispersos. O que está em pauta neste caso é o papel central exercido pelos relacionamentos espaciais – a distribuição e o arranjo de e as interações entre pessoas, idéias, atividades, instituições e edificações no espaço –, nos processos históricos, porque, na essência, esses relacionamentos envolvem a produção e a subsequente difusão de conhecimento bem como são constitutivos de poder: são relacionamentos pelos quais “[...] grupos sociais específicos impõem sua vontade a outros [...] ou pelos quais uma ‘visão’ geral de ordem é transmitida e inculcada nos membros de uma população” (PHILO, 1996, p. 294).

A diversidade da história é o que Foucault salienta com essa imagem; e o desenvolvimento de uma sensibilidade geográfica se apresenta como condição fundamental para captar essa diversidade, para explicitar as articulações entre estratégias espaciais e práticas disciplinares. Deixar que a sensibilidade geográfica seja introduzida no estudo dos fenômenos do passado não significa aceitar que esse passado possa ser reduzido às complexidades da sua Geografia, mas apenas admitir que a distribuição espacial/territorial dos fenômenos e a forma pela qual os fenômenos se combinam fazem uma diferença crucial na constituição da história. A diversidade natural, imposta pela variedade dos quadros físicos do planeta, vai sendo alterada pela ação humana, pelo trabalho. Essa ação humana (trabalho acumulado) intensifica as singularidades locais. Daí que a intenção que move o explicitar a territorialidade dos fenômenos é a de revelar as singularidades, as particularidades desses mesmos fenômenos: os constrangimentos advindos do meio natural e do construído acabam por conferir às relações próprias de um sistema socioespacial tonalidades específicas.

Que tipo de epistemologia caberia esperar do esforço intelectual que se orienta para essa estreita conexão entre a história e a geografia do mundo cuja apreensão exige o lapidar de uma sensibilidade geográfica? Em que medida e por que a ambição interpretativa da genealogia dos processos deveria se ocupar do papel do território nas dinâmicas socioespaciais? A epistemologia do território, segundo Reis (2005), equivale à formulação responsiva a essas duas questões. A razão de ser do que acontece em cada território; o motivo pelo qual alguns territórios atraem e outros repelem certos processos socioespaciais, o porquê de alguns deles comportarem dinâmicas reconhecidas pelo nome de desenvolvimento e outros, de atraso obrigam a interpelar o território, a reconhecê-lo como variável necessária à compreensão das realidades socioeconômicas (REIS, 2005). Essa ambição interpretativa que confere proeminência a determinados estudos territoriais tratam tanto da “[...] mobilidade dos fatores de produção (as pessoas, os bens e os capitais deslocam-se no espaço) quanto da genealogia dos processos, visto que estes ocorrem em lugares, quer dizer, originam-se e desenvolvem-se em circunstâncias concretas, identificáveis e diferenciadas” (REIS, 2005, p. 2).

Se para responder à interrogação sobre a mobilidade dos fatores basta considerar o território como suporte de localizações, a interpelação genealógica dos processos implica

considerar campo radicalmente novo, significa atribuir ao território “[...] papel activo, uma acção interveniente nos processos que se pretendem analisar” (REIS, 2005, p. 2); daí a exigência de uma epistemologia territorial. Essa epistemologia, por reconhecer a estreita ligação entre o território e o funcionamento dos sistemas e das dinâmicas coletivas, implica

[...] uma leitura sobre a natureza das estruturas e das dinâmicas da sociedade e da economia, um entendimento sobre o modo como se alcança a coordenação dos processos colectivos, sobre o papel desempenhado pelos actores neles intervenientes (a sua acção volitiva e as possibilidades de ela se exercer efectivamente) e sobre as relações (hierárquicas ou não) entre actores e processos de diferentes escalas espaciais (REIS, 2005, p. 3).

A epistemologia do território consiste, portanto, no exame dos fundamentos do problema referente à natureza da conexão entre os processos de ordem vasta e de ordem local e de uma “interpretação capaz de acolher um conceito de território que responda às perguntas sobre o seu papel nas dinâmicas sociais” (REIS, 2005, p. 4). Em face das seguintes questões: seriam os indivíduos e os espaços em que eles se situam funcionalmente determinados pelas necessidades e práticas de entidades que os transcendem? haveria mecanismos de coordenação que dotam os atores sociais de vocabulários, poderes e utensílios que lhes facultam concretizar objetivos?, o lugar do território se revela na resposta concernente à última questão (REIS, 2005). É na tensão entre os fatores de ordem local e os de ordem vasta, quer dizer, entre os processos socioeconômicos localizados, assentes em dinâmicas e em atores cuja ação se torna possível por interações de proximidade (territorializações), e a mobilidade de fatores produtivos independentes de condições territoriais concretas que o território desponta como utensílio cognitivo relevante para a compreensão de certos processos coletivos (mobilidades) (REIS, 2005). Para a consecução de uma epistemologia territorial é preciso reconhecer que as territorialidades não são meras formas de reprodução das mobilidades e das capacidades de dominação dos fatores móveis, bem como admitir a existência de uma tensão entre mobilidades e territorializações que se obriga a equacionar, que a esses dois processos confere força e poder. Consentir nessa tensão significa incluir na interpretação do território “[...] o poder que ele incorpora, as inter-relações e actores que o formam, as iniciativas que ele gera e as transformações a que ele obriga” (REIS, 1995, p. 5).

Como dimensão epistemológica que estrutura a perspectiva interpretativa sobre a genealogia dos fenômenos sociais, o território e suas relações heterônomicas constituem os marcos nos quais a questão do poder e as relações desiguais se inscrevem. Expressão e produto das interações protagonizadas por atores em contextos de proximidade e co-presença, o território “[...] é um lugar que define a morfologia das relações de poder em presença, que confere natureza incerta, contingente e inesperada à genealogia dos processos” (REIS, 1995, p. 16). As estruturas materiais, caracterizadas pelo polimorfismo estrutural, não se diluem em espaços abertos, deixam lugar aos territórios, porque não se moldam linearmente por relações construtivistas abstratas, não cedem inermes a processos relacionais reprodutores de relações heterônimas, implicam, enfim, um mundo que é pleno de forma e diversidade. Esse polimorfismo do mundo...

[...] está inscrito em interações, aprendizagem, instituições, culturas práticas, poderes que configuram territórios nos quais se mapeiam relações, distribuem se poderes e constroem se incessantemente possibilidades e contextos. Sem que esses territórios desapareçam. Apenas se transformam (REIS, 1995, p.18).

Em suma, admitir que os territórios possuem valia própria, que são eles elementos radicais do conhecimento das dinâmicas sociais e das formas de estruturação das sociedades, que produzem diferenciações dentro de ordens mais vastas exige, para Reis (1995), o compromisso com três idéias fundamentais:

1. os territórios não são a simples expressão da produção de escalas do Estado, do mercado, dos sistemas socioeconômicos mais amplos; não são apenas canais de reprodução de ordens mais vastas. Eles possuem “[...] condição própria e lugar específico nas ordens (e na desordens) societais” (REIS, 1995, p. 3), daí sua materialidade, seu significado ontológico, não são anulados pela produção social das escalas;
2. a relação entre mobilidades e territorializações é muito mais do que uma justaposição de fatores que influenciam as dinâmicas econômicas; é uma tensão que reclama o polimorfismo estrutural, que sugere a existência de espaços estruturais de autonomia e iniciativa, que reafirma a “[...] noção de que a incerteza e as trajetórias inesperadas são também parte do mundo” (REIS, 1995, p. 10); e
3. para entender o poder, é preciso “[...] contrapor às visões lineares do poder a ideia de morfologia do poder e ao desenvolvimento funcionalista a noção de polimorfismo social” (REIS, 1995, p. 18).

Esse referencial teórico elaborado por Philo e Reis fornece concepção mais precisa do que vem a ser Geo-história, de sua força heurística e da taxonomia de atenções que deve instruir o olhar quando se tem em conta o fazer geo-histórico. Chave epistemológica de leitura de processos socioespaciais pretéritos e contemporâneos, os princípios da Geo-história aplicados a tais processos demandam, em especial quando se tem em vista a genealogia deles, interpretações de certa ordem; e, por isso mesmo, servem para avaliar o nível de aderência de interpretações relativas a fatos históricos quaisquer com o que seria um esforço teórico e substantivo pertencente à arena da história “especializada”. Duas interpretações, a de Moraes (2000) e a de Thomaz (1994), sobre a gênese da expansão marítima portuguesa constituem, na seqüência, objeto desse exercício avaliativo.

EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA: DOIS OLHARES DUAS HERMENÊUTICAS

Muito embora não seja o objetivo precípuo da obra “Bases da Formação Territorial do Brasil” dar conta das causas da expansão marítima portuguesa, Moraes (2000) se reporta a essas causas nos capítulos 1, 2 e 3. Registra, no entanto, as que constituem lugar comum na historiografia sobre o tema e reconhece na acumulação primitiva de capital o processo que rege e nomeia todo esse mosaico de causalidades. O materialismo histórico é o método que fundamenta, nesse caso, a análise; e é exatamente em virtude dessa opção teórico-metodológica que a interpretação de Moraes serve de contraponto modelar à interpretação de Thomaz (1994), feita à velha maneira escolástica, sobre o mesmo fenômeno expansionista

Uma das formas básicas do mosaico da transição

Em meio a uma institucionalidade ainda dominada pelas formas de poder feudal, o século XVI assiste à emergência das relações capitalistas, ao exórdio de novo modo de produção. Com a convivência, muitas vezes associada, das relações da própria ordem que se finda e da que emerge, desdobra-se essa transição de um modo de produção a outro (MORAES, 2000). Nas palavras de Moraes (2000, p. 34), o “[...] processo de acumulação primitiva do capital nomeia esse mosaico que supera o feudalismo e objetiva as condições prévias de domínio do capitalismo”.

Três seriam as formas básicas desse mosaico da transição: i) a monarquia absolutista que constituiria a expressão política da acumulação primitiva; ii) o mercantilismo que equiva-

leria a sua forma econômica; e iii) a expansão marítima que responderia pela territorialidade desse mesmo processo de acumulação.

A expropriação dos camponeses e pequenos artesãos, na gênese do capitalismo, gerou um contingente de despossuídos que foi a base das guerras camponesas e da chamada reação aristocrática. “O temor da insurreição popular forneceu o cimento de uma aliança – verdadeiro bloco histórico – entre a nobreza feudal, os grandes mercadores e a Coroa, que impulsionou a forma política da acumulação primitiva” (MORAES, 2000, p.38).

“O caráter ainda feudal da monarquia absolutista não deve [...] obscurecer o fato de ser essa forma um veículo de desenvolvimento das relações capitalistas” (MORAES, 2000, p.41). O absolutismo realizou certas funções vitais da acumulação primitiva tais como a proteção da propriedade, a secularização da terra e, sobretudo, a centralização do poder que acarretou a integração territorial e o centralismo administrativo, ou seja, ele objetivou o nascimento do Estado moderno com sua feição nacional e territorial, favoreceu a superação do particularismo e da fragmentação feudal e, com isso, forneceu as bases para a emergência do capital nacional (MORAES, 2000).

Em fundamentos extra-econômicos, firma-se o papel ambíguo do capital comercial na gênese do capitalismo. Sua valorização repousa na indulgência política; na articulação entre Estado e economia, ancorada na nação. A soberania exercida sobre a população de um território e o incremento da riqueza nacional tido como móvel do bom governo constituem o desígnio desta outra forma básica do mosaico da transição, o mercantilismo (MORAES, 2000). A economia nacional é o objeto da reflexão e das práticas mercantilistas, o que guarda correspondência tanto com as tentativas de gerir o Estado como empresa do Príncipe, cuja prosperidade beneficiaria todos os súditos, quanto com a crença na inelasticidade do mercado internacional – donde, o pressuposto de que a riqueza nacional teria por único conduto uma posição vantajosa nos termos de troca (MORAES, 2000). A estruturação do campo econômico pelo reforço à afirmação das fronteiras nacionais européias e pela uniformização dos mercados internos de cada país estimulou o confronto entre capitais nacionais, tornando a guerra uma constante durante toda a época mercantilista (MORAES, 2000). Dado que

[...] o crescimento econômico escora-se em privilégios monopolistas (que se fundamentam na coerção política), e circunscreve-se estritamente ao quadro nacional, o antagonismo entre os diferentes Estados aparece como um componente estrutural da transição (MORAES, 2000, p.46).

Quando considera a forma geográfica do mosaico da transição do mundo medieval para a modernidade, Moraes (2000) registra a necessidade de levar em conta o objetivo das guerras empreendidas no século XVI. Visavam elas ao

[...] controle de mercados, rotas e produtos, o que se traduzia no expansionismo latente dos Estados. Havia a necessidade imperiosa de expandir o mercado aliada à obrigação de controlá-lo; o caráter extensivo da circulação versus o fundamento monopolista do lucro comercial aparecendo como contradição essencial no movimento do capital mercantil. Todavia, isso reforça o perfil frentista da base política do absolutismo: o mercador acompanha-se do guerreiro. Os objetivos comerciais das disputas mesclam-se com a demanda dos interesses aristocráticos (MORAES, 2000, p.48.).

Componente central do processo de acumulação primitiva, o expansionismo antecipa uma qualidade básica do capitalismo, pois “[...] o produto da conquista, do saque e da pilhagem, torna-se capital na Europa, sendo um valor adicional que retroalimenta a expansão e anima a economia do país difusor” (MORAES, 2000, p. 48). O mercado cativo, limite ótimo do mercantilismo, é o resultado da ocupação socioespacial, do apetite territorial dos Estados europeus durante o longo século XVI. Vital para desenvolvimento das economias

nacionais europeias, a dilatação do horizonte geográfico, o controle do espaço esteve no centro das motivações do expansionismo quinhentista (MORAES, 2000).

Causas próximas do expansionismo português?

Fica claro, portanto, que a expansão marítima constitui apenas mais uma das peças básicas do mosaico da transição; ela integra processo de natureza mais ampla: a acumulação primitiva. Ora, quais seriam as causas mais próximas desse expansionismo? As realidades de espaço e lugar serviriam para conferir maior precisão ao rastilho hermenêutico que considera como causa ampla da expansão marítima o movimento de circulação, redistribuição, expropriação do produtor e centralização dos meios de produção quer nas mãos da velha classe dominante, quer nas da burguesia?

Moraes arrola como motivos do expansionismo europeu quinhentista o que a historiografia insiste em repisar:

1. "[...] a unificação interna da nação é um pressuposto para sua expansão, e os países que não lograram realizá-la ficaram fora da partilha do mundo colonial e retardaram seu desenvolvimento capitalista" (MORAES, 2000, p.48);
2. a expansão ultramarina foi o resultado de longos tempos de dificuldades; foram as "[...] as carências europeias que alimentavam a expansão. Mais do que o 'espírito de cruzada', o 'gosto de aventura' ou a 'busca de glórias', foi a necessidade de cereais e os baixos níveis de estoques metálicos da Cristandade, que impeliram alguns países europeus a avançar "por mares nunca dantes navegados" (MORAES, 2000, p.72);
3. "[...] é uma conjunção de interesses diversificados que está na base da aventura marítima. A difusão dos europeus no globo escorava-se numa associação de motivações, responsável pelo êxito de uma empresa de tal porte. Cada ator social tem um desígnio específico – os comerciantes buscam produtos e mercados, a nobreza busca terras e a riqueza dos saques, a Coroa seu fortalecimento – porém todos confluem para o empreendimento comum. Como observa P. Anderson, a expansão marítima engrandecia o Estado e beneficiava a burguesia, gerando um sistema que articulava numa mesma dinâmica exército, colônia e comércio" (MORAES, 2000, p.73).

E, no âmbito das motivações concernentes à expansão marítima lusitana, isto é, no tocante às causas próximas, Moraes põe em evidência que:

1. a "[...] escassez metálica era bastante séria num país cada vez mais envolvido com as lides mercantis" (MORAES, 2000, p.134) e, nesse caso, a meta delineada seria a captura das fontes auríferas na África pós-saariana;
2. a crise de abastecimento tornava crônico o déficit de cereais, o que tornava razoável a conquista da própria hinterlândia marroquina responsável por abastecer o reino português de grãos (MORAES, 2000);
3. além da sede de ouro e do déficit de grãos, caberia adicionar ao conjunto de motivações expansionistas "[...] a busca da goma, a extensão da área pesqueira, o dinamismo da economia açucareira no reino e nas ilhas, a demanda de braços escravos, e a desvalorização monetária que "arruína os cavaleiros e os empurra às aventuras" (MORAES, 2000, p.73);
4. "[...] a tradição náutica portuguesa fornecia os meios da expansão, a opção marítima advinda da dificuldade reconhecida de avançar no espaço continental. O avanço espanhol para o sul havia emparedado Portugal no extremo ocidente da Europa [...] A Espanha era o único vizinho, todos os demais limites portugueses eram marítimos [...] A saída marítima era, assim, a única possibilidade imediata de expansão" (MORAES, 2000, p.133);

5. à conjuntura favorável da expansão marítima, vale acrescentar a “[...] a complicação das rotas terrestres de suprimento das especiarias (em função das rebeliões tártaras, do controle otomano dos Bálcãs e do avanço mameluco no norte da África) que animam os mercadores italianos a investir na aventura marítima lusitana” (MORAES, 2000, p.135);
6. às aspirações de ordem material associam-se “[...] discursos legitimadores que forjam as representações coletivas do processo: o ‘espírito de Cruzada’, o combate ao infiel, a busca do reino do ‘Preste João’ etc. Rapidamente, as navegações consolidam-se como o objetivo nacional do país: razão de Estado, carro-chefe da economia e elemento de identidade e coesão social” (MORAES, 2000, p.152); e
7. “[...] uma forte motivação expansionista atravessa a formação portuguesa como uma de suas determinações básicas. Tal motivação realiza-se num movimento de amplo significado geográfico: a gênese de um espaço mundializado de relações. O avanço lusitano nos diferentes quadrantes da Terra esteve na vanguarda da formação da *economia-mundo capitalista*, desenhando pioneiramente um sistema de trocas planetário” (MORAES, 2000, p.151).

À vista disso, o que Moraes relaciona como causas próximas da expansão marítima lusitana não dá conta da participação irredutível que os lugares quase sempre têm nas resultantes históricas. O pioneirismo expansionista português constitui *resíduo empírico* que não encontra explicação causal em processos que parecem comuns à Europa. “O paradoxo está no facto de a vanguarda da expansão europeia parte exactamente de um país que praticamente de nenhum ponto de vista se pode considerar vanguarda da Europa” (THOMAZ, 1994, p.3). É ao deslindar desse paradoxo que Thomaz (1994) dedica suas forças; e a resposta a essa questão nada mais é do que a intelecção sobre os nexos entre as singularidades causais portuguesas e a ordem mais ampla de motivações gestadas pelo capitalismo no tocante à expansão geográfica.

Expansão marítima: fenômeno de natureza una ou múltipla?

“Terão os portugueses dado início, na primeira metade do século quatrocentos, à expansão ibérica ou simplesmente a sua própria expansão – no que a breve trecho foram imitados por Castela e logo depois pelos demais povos do Ocidente europeu?” (THOMAZ, 1994, p.2). A resposta dessa questão consiste em saber se a relativa unidade que a expansão europeia aparenta é meramente externa e formal ou intrínseca e material, ou seja, saber se expansionismo geográfico é um fenômeno essencialmente múltiplo nas suas origens e na sua natureza ou se é um fenômeno substancialmente uno, fruto das mesmas raízes e produto das mesmas pulsões (THOMAZ, 1994). Em razão da complexidade do problema, sua solução exige uma interpretação mais sutil e mais rica em cambiantes do que a tentativa de ver a expansão marítima como um fenômeno uno e coerente, decorrente de uma causalidade profunda comum a toda a Europa, ou como fenômeno múltiplo nas suas origens e na sua natureza. Para tanto, o recurso metodológico adotado por Thomaz (1994) é o de analisar, um a um, todos os fatores invocados como causas da expansão portuguesa com o fito de identificar os que são típica e exclusivamente portugueses e os que são comuns também ao resto da Europa Ocidental.

Fazendo opção por recorte teórico-metodológico de inspiração escolástica e obedecendo aos critérios da maior comodidade de análise e de clareza de exposição, Thomaz (1994) agrupa as causas da expansão marítima portuguesa em quatro rubricas: i) instrumentais; ii) finais; iii) formais; e iv) materiais.

Entre as *causas instrumentais*, Thomaz (1994) registra: 1) a posse de navios, de pessoal afeito ao mar, de técnicas e de instrumentos adequados para a navegação de longo curso; 2) a orientação estrutural para o Atlântico do território português; 3) a centralização do poder régio; 4) a estabilidade das fronteiras; e 5) a precoce consciência coletiva da

nacionalidade. As causas do tipo "1" são necessárias, mas não são suficientes para a produção do efeito expansionista, pois a posse do instrumento não implica necessariamente sua utilização. Vale lembrar que, no século XV, as mesmas condições estavam reunidas pelo menos também em Castela. A propósito das causas do tipo "2", cabe o alerta de que quase iguais vantagens possuía o Marrocos, que nunca, ao longo de sua história, tirou dessa vantagem geográfica partido algum. Quanto aos fatores políticos estruturais "3", "4" e "5", Thomaz (1994) reconhece que sem a estabilidade e coerência que eles conferiram a Portugal teria sido difícil ou impossível a expansão longínqua, todavia, não passam de condição prévia, não determinante de fenômeno dessa natureza.

No grupo das *causas finais*, foram enquadrados: 1) o desejo de contrabalançar a pressão turca sobre os Bálcãs, pelo ataque, no Índico, contra o mundo muçulmano; 2) o anseio de entrar em contato com o Preste João; 3) a vontade de remontar às fontes do ouro do Sudão e, assim, compensar a fome monetária que grassava na Europa; e 4) o desejo de prevenir uma possível conquista castelhana de Marrocos que fecharia, praticamente, o cerco a Portugal. Nenhum desses fatores constitui, de acordo com Thomaz (1994), causa eficiente da expansão portuguesa na sua globalidade, nem de sua eclosão fora do contexto que facultou a expansão dos demais povos do ocidente europeu: primeiro, porque esses fatores desligados de

[...] uma conjuntura socioeconômica ou geoestratégica mais vasta, quase não fazem sentido; segundo, porque são pontuais no espaço e a expansão portuguesa logo adquire uma dimensão geográfica que largamente os ultrapassa; terceiro, porque à exceção do último – que aliás não explica senão as incursões em Marrocos – são, em boa medida, comuns a toda a Europa (THOMAZ, 1994, p.9).

A idéia de cruzada, a influência do espírito franciscano e da filosofia aristotélica inscrevem-se no âmbito das *causas formais*. Estas duas últimas pouco adiantam para a compreensão da especificidade do caso português, porque

[...] o interesse pelo real, a curiosidade pelo concreto, que a um e outro se prendem, de modo algum são exclusivos da cultura portuguesa. Pelo contrário, são, na sua essência, muito mais elementos da grande tradição cultista, de expressão latina, que percorre o ocidente inteiro que da pequena tradição local, expressão vernácula, em que eventualmente se poderão achar os traços de uma especificidade cultural no caso vertente relevante (THOMAZ, 1994, p.10)

Em referência ao espírito de cruzada, vale reconhecer que lutar "[...] pela religião não é lutar por algo ideal e exterior à sociedade, mas pelo elemento central de sua própria individualidade cultural – logo, pela sua subsistência como entidade coletiva" (THOMAZ, 1994, p. 11): na Península Ibérica, esse espírito, mais do que em qualquer parte da Europa, tinha lastro para manter sua vitalidade, pois ainda estava incompleta aí a Reconquista. Embora o espírito de cruzada possa, em certos campos, responder pelo êxito da expansão portuguesa, ele não possui, é o que assegura Thomaz (1994), sentido por si só, nem constitui causa eficaz do movimento expansionista.

O crescimento demográfico e o econômico, de que a revolução comercial do século XI representa a consequência mais notável e a face mais visível, inserem-se no âmbito das *causas materiais*. É evidente que

[...] o crescimento populacional pode facilmente alimentar um fluxo migratório, logo, um movimento de expansão. Este, porém, só se torna quase necessário quando se atinge o limiar da saturação demográfica – definida, é claro, não em termos de densidade, mas

de relação entre a população e suas necessidades, os recursos disponíveis e o índice de capacidade tecnológica para os explorar (THOMAZ, 1994, p.17).

No caso da Europa ocidental, o limiar do superpovoamento estava longe de ser atingido e, em relação a Portugal, tomar a expansão marítima como remédio para o superpovoamento é algo que resta por demonstrar, pois na literatura da época “[...] o que abunda não são as loas à emigração, mas as queixas contra o despovoamento” (THOMAZ, 1994, p. 17). Assim, ao que tudo indica, o crescimento demográfico não predispunha Portugal à expansão.

Cabe ter em conta a chamada revolução comercial para apurar o efeito do crescimento econômico sobre o movimento expansionista português. Essa revolução é a face externa de um crescimento econômico interno, porque “[...] o incremento do volume de trocas corresponde logicamente a um aumento dos excedentes de produção”, que, por sua vez, resulta do acréscimo de produtividade, acréscimo esse decorrente de aperfeiçoamentos técnicos ou, por uma questão de economia de escala, de crescimento demográfico (THOMAZ, 1994, p. 18). Ademais, o incremento populacional faculta a liberação da mão-de-obra que se vinculava diretamente ao setor produtivo para o terciário; com isso, forma-se uma classe, improdutiva, de mercadores profissionais responsável pela organização e exploração da atividade comercial. Quando atinge certo nível de organização, a atividade comercial enseja a “[...] progressiva substituição de uma economia fechada, de autoconsumo, por uma economia aberta, de troca [...]”, o que leva à ampliação da produção (THOMAZ, 1994, p. 18). O aumento dos excedentes disponíveis para a troca, efeito dessa ampliação da produção, cria mercado para os produtos importados. Essa ordem de causalidades fundamentou a revolução comercial que corresponde ao autêntico crescimento econômico interno. Logo, se o sistema econômico continua crescendo,

[...] os lucros provenientes do comércio tendem a acumular-se. Como neste período, anterior à revolução industrial, são diminutas as possibilidades de os reinvestir na indústria, os lucros tendem, naturalmente, a ser reinvestidos no próprio comércio; e se os mercados tradicionais estão saturados, a tendência é para buscar novos mercados e, portanto, para a expansão geográfica (THOMAZ, 1994, p. 19).

Potencialidade expansiva, ou seja, propensão à expansão era o que tinha a economia europeia da baixa Idade Média. No entanto, o reinvestimento dos lucros em novas linhas de comércio não é uma necessidade inelutável; outras soluções são possíveis como, por exemplo, a canalização pura e simples dos lucros para o consumo. Por conseguinte, a opção expansionista dependeu, em boa parte, de fatores aleatórios, culturais, psicológicos, políticos ou econômicos, isto é, de fatores conjunturais e não de estruturais (THOMAZ, 1994).

Ceuta: sobre os reais motivos da conquista e o triunfo definitivo do comércio sobre o corso

Tradicionalmente considerada como ato inaugural da expansão, a conquista de Ceuta, que possuía um papel econômico importante, interessava à classe mercantil. É gratuita, porém, a hipótese de que a expansão tenha sido o resultado de uma pressão burguesa sobre o rei, pois nenhum documento lhe serve de suporte (THOMAZ, 1994). A classe mercantil foi muito mais vítima que a autora moral da empresa expansionista: “[...] para custear a expedição apoderou el-Rei de todas as mercadorias e navios disponíveis no reino, explorando durante dois anos por sua própria conta todo o comércio com a Inglaterra e Flandres” (THOMAZ, 1994, p.24).

As evidências de que foi, em geral, a nobreza o segmento social entusiasta das conquistas em Marrocos, ao passo que a classe mercantil mostrou-se hostil a elas, depõe contra a tese da paternidade burguesa da expedição a Ceuta (THOMAZ, 1994). O desinteresse da burguesia é fácil de entender, pois se

[...] o papel das praças do Algarve de Além-Mar era menos o de servirem de lugar de troca que o de conferirem segurança à navegação pelo Estreito, o acréscimo de lucros resultante do aumento de segurança decorrente da multiplicação das praças fortes é logicamente decrescente enquanto os encargos crescem, praticamente, na proporção direta do número de praças [...] Por isso, Ceuta é suficiente e a multiplicação das posições é uma operação anti-econômica (THOMAZ, 1994, p.26).

Marrocos interessa, fundamentalmente, à nobreza militar:

[...] como em toda a Europa ao longo da baixa Idade Média, a nobreza multiplicara-se em Portugal, [...] devido a uma menor mortalidade decorrente do melhor nível de vida e à entrada constante de novos membros por nobilitação. Se às conseqüências dessa multiplicação [...] juntarmos os efeitos da crise do século XIV, com a rarefação da mão-de-obra devida à peste negra, e os das próprias transformações sociais, jurídicas e políticas tendentes a limitar-lhes os privilégios e o predomínio social, compreenderemos que no seu seio reinasse um mal-estar latente (THOMAZ, 1994, p.27).

Aos nobres a aventura marroquina acenava com as seguintes vantagens: para alguns poucos, havia a possibilidade de ocupar cargos públicos nas praças do Algarve de Além-Mar; para outros, o que se apresentava como provável era o enriquecimento advindo da pilhagem “[...] ou de merecerem de el-Rei, em prêmio de suas proezas, tenças, comendas e benesses variadas, ou mesmo domínios fundiários se a conquista territorial viesse a concretizar-se” (THOMAZ, 1994, p.28). Que tal móbil estivesse por trás da conquista de Ceuta torna-se claro quando essa conquista toma como referência a agitação da juventude fidalga após as pazes com Castela em 1410. Em face disso, “[...] a intenção da realeza foi, em boa parte, desviar para Marrocos a turbulência latente, pondo-a ao serviço do Estado e vinculando-a assim à Coroa, o que ao mesmo tempo contribuía para afrouxar no interior do Reino as tensões sociais” (THOMAZ, 1994, p.28).

Em virtude de suas motivações, do seu caráter, da ideologia que a informa, do espaço geográfico em que se desenrola, da base social que a enseja, “[...] a expansão portuguesa em Marrocos antes de D. João II é muito mais um derradeiro episódio da história medieval que o primeiro episódio da moderna” (THOMAZ, 1994, p.28). É tênue o nexo entre essa expansão e revolução comercial; é frágil seu vínculo com a ascensão burguesa (THOMAZ, 1994): conclusão a que se chega ao seguir os passos da conquista lusitana do continente africano considerando a pertinência temporal do intuito verdadeiramente comercial dessa empreitada.

A armada portuguesa cuja base é Ceuta atua, entre 1415 e 1422, de forma perfeitamente tradicional: faz “[...] guerra de corso à navegação muçulmana e provavelmente periódicos ataques às costas de Granada e da Barbaria” (THOMAZ, 1994, p. 30). Os doze anos que se seguem a 1422 abrigam as tentativas frustradas de ultrapassar “[...] o limite tradicional da navegação cristã no Atlântico, o cabo Bojador” (THOMAZ, 1994, p. 30). As falhas se devem a certos medos e lendas; inscreve-se nelas também uma razão econômica: “[...] à aventura na costa ao sul do Bojador que sabem deserta, os homens preferem a actividade tradicional do corso e teimam em ir fazer presas na costa do reino de Granada” (THOMAZ, 1994, p. 30).

O hiato verificado no esforço expansionista de 1434, ano da transposição do cabo Bojador, a 1441 é resultante do regresso do infante D. Henrique “[...] a Marrocos para a conquista de Tanger e de todas as complicações subseqüentes” (THOMAZ, 1994, p. 32). A fase crucial da evolução do fenômeno expansionista estende-se de 1441 a 1448, porque, além do rápido avanço realizado em direção ao Sul, ocorre, sobretudo, uma transformação do próprio caráter da empresa. “Pouco a pouco, esboçam-se contatos pacíficos, e o comércio, senão menos rendoso pelo menos mais seguro que o corso, começa a misturar-se às presas” (THOMAZ, 1994, p. 33).

A busca de sinais reveladores de mudança no caráter da empreitada expansionista mostra que o ano de 1443 reserva uma novidade: “[...] um particular requer pela primeira vez autorização ao infante D. Henrique para armar um navio para a costa africana, [...] mas essa expedição foi mais de corso que de comércio, e os primeiros escravos que então trouxeram, foram cativados diretamente e não comprados” (THOMAZ, 1994, p. 33). O círculo de interessados na empresa alarga-se a partir de 1444. Basta notar que dos

[...] 26 navios que nesse ano zarparam para a Guiné, 14 vão de Lagos, os outros 12 de Lisboa e da ilha da Madeira, armados por pequenos nobres e funcionários do Estado. Daí em diante, um terço dos navios, grosso modo, é do infante, os outros dois terços de particulares (THOMAZ, 1994, p. 34)

Expansão portuguesa e expansão europeia – relações dialogais

O triunfo definitivo do comércio sobre o corso tem seu marco em 1448; ano em que a expansão guineense separa-se da marroquina. Nos anos que se seguem, a “[...] burguesia, o capitalismo comercial e os seus métodos de organização fazem, manifestamente, a sua aparição, enxertando-se na modesta planta brotada de outra semente” (THOMAZ, 1994, p. 35). Ainda que o fenômeno expansionista português mergulhe as suas raízes mais profundas no crescimento orgânico do Ocidente europeu, ele “[...] parece surgir essencialmente como fenômeno local” (THOMAZ, 1994, p.36). Todavia, de fenômeno predominantemente local,

[...] logo inflete para se enxertar no grande tronco do movimento comercial europeu já em curso, por meio de uma tripla ligação: formal, absorvendo o seu saber, adotando as suas instituições, reformulando-se à imitação dos seus modelos; material, no duplo aspecto comercial e financeiro. No aspecto comercial, a expansão portuguesa, na sua dimensão mercantil, torna-se economicamente viável porque pode colocar nos mercados europeus os produtos ultramarinos; no financeiro, porque utiliza frequentemente os seus capitais. Esta dupla ligação dá-lhe a possibilidade de sobreviver e prosseguir o seu movimento (THOMAZ, 1994, p.36).

Convertida por enxertia em empresa mercantil, a expansão portuguesa “[...] aponta à Europa um rumo, rasga-lhe um caminho, fornece-lhe um modelo – e assim, excitando-lhe por emulação a sua potencialidade expansiva, serve-lhe finalmente de espoleta” (THOMAZ, 1994, p.37). Ora, se assim é, as “[...] relações entre a expansão portuguesa e a expansão europeia em geral parecem extremamente complexas e sutis – nem meramente externas e acidentais, nem intrínsecas e necessárias, mas por assim dizer, dialogais” (THOMAZ, 1994, p.36).

O porquê da expansão portuguesa

Todos esses elementos que serviram à linha argumentativa de Thomaz (1994) presam-se ao propósito essencial de formular uma conclusão interpretativa da gênese da expansão marítima portuguesa que articula três fatores:

1. “[...] a necessidade de uma reconversão que assegurasse a sobrevivência de uma nobreza em crise, porque hipertrofiada e porque entalada entre as classes burguesas em ascensão e uma realeza em crescente afirmação” (THOMAZ, 1994, p.38);
2. “[...] o desejo de abertura de novas rotas de comércio, que permitissem às classes mercantis reinvestir os lucros provenientes do incremento das trocas, no período imediatamente anterior, ao rei e à aristocracia imitá-los e assim garantir a liquidez pela posse de bens imóveis” (THOMAZ, 1994, p.38); e
3. “[...] a política de afirmação de um Estado nacional que, recém-saído de uma grave crise e dirigido por uma dinastia jovem, intenta, por um lado evitar o cerco ou a absorção por um vizinho poderoso, no momento crucial da formação dos grandes espaços políticos, por outro garantir a paz interna, aliviando as tensões sociais e drenando para o exterior a conflitualidade latente própria de uma época de rápida mutação socioeconômica” (THOMAZ, 1994, p.39).

O fator que mais contribui para o êxito do movimento nos moldes que o singularizam foi, por ser o mais original e o mais moderno, o terceiro fator. A política de afirmação do Estado português evitou que a interação dos dois primeiros fatores “[...] se saldasse por mera entropia social ou por uma anarquia de tentativas sem futuro” (THOMAZ, 1994, p.39). Ainda que se possa atribuir ao mesmo processo histórico a origem, na Idade Média, das Cruzadas e, na Moderna, das expansões coloniais de caráter burguês, estatal e mercantilista não cabe ver nesses fatos

[...] o produto necessário das transformações profundas que desde o século XI a sociedade ocidental vinha sofrendo: a existência de vastas regiões européias que sofreram como as demais tais transformações mas nem por isso se empenharam de forma significativa nem ontem nas Cruzadas nem hoje na aventura colonial parece demonstrar cabalmente que não era a expansão externa a única solução possível para os problemas do Ocidente (THOMAZ, 1994, p.39).

Nos seus modestos primórdios, ao se oferecer como resposta de uma problemática local e conjuntural, a expansão portuguesa “[...] deve ter actuado essencialmente como um exemplo, que, estimulando a emulação ao mesmo tempo que fornecia um modelo, reativou a opção pela solução expansionista em moldes renovados” (THOMAZ, 1994, p.40).

NOTAS FINAIS: MARCOS ORIENTADORES DO FAZER GEO-HISTÓRICO

Consentir na assertiva de que a complexa geografia do mundo liga-se a sua complexa história, isto é, admitir que fatores geográficos são fundamentais na criação de pedaços de história significa render-se a um truísmo. Truísmo esse que obriga o cultivar de uma sensibilidade geográfica para a consecução de qualquer empreitada epistemológica própria da Geohistória. Dar vazão à sensibilidade geográfica para apreender as articulações entre tempo e espaço, para retirar das geografias do passado elementos explicativos de acontecimentos históricos fundamentais consiste em voltar a atenção às diferenças, aos limites, às singularidades e aos relacionamentos espaciais, em dar voz à “história espacializada”, ao

tipo de fazer histórico que reconhece a distribuição territorial dos fenômenos e a forma pela qual os fenômenos se combinam como elementos que, com maior ou menor intensidade, condicionam e singularizam as resultantes temporais.

A razão de ser do acontece no território, do seu papel na genealogia dos processos constitui a ambição interpretativa dos estudos que conferem proeminência à estreita conexão entre o território, o funcionamento dos sistemas e as dinâmicas coletivas. A esta luz, a proximidade, os comportamentos relacionais e as práticas cognitivas que ela enseja, possuem natureza ontológica e não uma utilidade meramente descritiva. O processo sócio-histórico de produção das escalas não é bastante para superar a materialidade territorial, o lugar que essa materialidade desfruta no condicionamento dos processos sociais.

A tensão entre processos de ordem vasta e processos de ordem local se obriga a equacionar, todavia os primeiros não se realizam em sua plenitude, pois encontram as resistências espaçotemporais produzidas noutra tempo e a oposição das dinâmicas locais coetâneas. As estruturas materiais não são meras formas de reprodução das mobilidades e das capacidades de dominação dos fatores móveis, não cedem inermes a processos relacionais reprodutores de relações heterônimas, elas integram um mundo pleno de forma e diversidade. Por conseguinte, a epistemologia territorial lança raízes no reconhecimento de que o território tem muito a dizer sobre as dinâmicas sociais, sobre as formas de estruturação das sociedades e sobre as diferenciações que se produzem em ordens mais vastas.

Esse aparato teórico conceitual que prima por precisar o que vem a ser Geo-história, os princípios que deveriam lastrear esse tipo de análise espaçotemporal e sua preocupação central tanto com a gênese dos processos quanto com vínculos/tensões entre processos de ordem vasta e de ordem local servem de barômetro para avaliar o grau de proximidade que certa interpretação sobre acontecimentos pretéritos tem com o tipo de conhecimento que é lícito esperar da Geo-história.

Métodos e visões de mundo distintas levam Moraes e Thomas a hermenêuticas também distintas sobre a gênese da expansão marítima portuguesa. Mais uma das peças básicas do mosaico da transição do mundo medieval para a modernidade, o expansionismo marítimo português participa, de acordo com Moraes, de processo de escala mais ampla: a acumulação primitiva. A forma pela qual esse processo ganha singularidade em posições específicas do espaço europeu, como é o caso do pioneirismo expansionista português, é preterida por uma linha interpretativa que subordina a ordem local à ordem vasta. Presa a fatores que são comuns a toda a Europa, a gênese da expansão marítima tem sua chave explicativa ancorada na história total, ela toma por referência a concepção de que todos os fenômenos encontrados em determinado recorte espaçotemporal são regidos por lei comum. Se uma coloração difusa encobre a ordem local, se ela é considerada apenas como canal de reprodução de ordens mais vastas, não é possível chegar, pelo escrutínio da "interlocação" entre processos de ordem vasta e de ordem local, a conhecimento algum, não há também como apelar à força heurística que da tensão entre essas duas ordens pode advir.

Thomaz lança mão de recurso epistemológico que, para dar conta do mesmo fenômeno, busca uma espécie de diálogo entre o crescimento orgânico do Ocidente europeu e a problemática local, conjuntural portuguesa. A tese da paternidade burguesa na gênese da expansão, de um bloco histórico que coordena o processo e bebe interesses comuns é substituída por outra: o segmento social que mais entusiasmo demonstrou pela expansão marítima teria sido a nobreza militar, ao passo que os riscos com os quais acenava essa empresa teriam ocasionado um sentimento de hostilidade na classe mercantil. Resultante de estratégia territorial coordenada pela realeza, a expansão marítima consistiu em desviar para Marrocos a turbulência latente que a nobreza em crise poderia fazer vir à tona; ela parece, portanto, surgir como fenômeno predominantemente local para só depois se enxertar no grande tronco do capitalismo comercial europeu. Nem meramente externas e acidentais, nem intrínsecas e necessárias, mas dialogais são as relações entre fatores conjunturais e estruturais, logo, o reconhecimento de que a materialidade não se dissolve em espaços

indiferenciados, de que há lugar para os lugares e de que forma e diversidade inteiram o mundo.

O tipo de conhecimento que se obtém quando o exercício epistemológico próprio da Geo-história é levado a efeito e os princípios que fundamentam a análise espaço-temporal servem para precisar o grau de aderência que as explicações de Moraes e Thomaz sobre a gênese da expansão marítima guardam com o que é consentâneo a esse o campo do saber. Feitas as ponderações, avaliadas as duas linhas interpretativas consoante o laborar geo-histórico é necessário aceitar a maior pertinência da análise historiográfica de Thomaz ao campo da história espacializada: uma Geo-história da expansão marítima é que Thomaz oferece, sobretudo, porque o foco analítico incide, nesse caso, sobre as singularidades portuguesas, sobre as diferenças, sobre as arestas, isto é, sobre o que põe em evidência os fatores que levaram Portugal a assumir a vanguarda da expansão europeia: ainda que vastas regiões da Europa estivessem sob a influência das mesmas pulsões, das motivações mais amplas gestadas pelo capitalismo, não foram elas que, nos primórdios da expansão geográfica, lançaram-se em tal empresa.

Resta, então, inventariar, do que cabe apreender desse esforço de coerir o referencial teórico sobre a Geo-história e as historiografias concernentes à gênese da expansão marítima portuguesa, os marcos orientadores de estudos que pretendam inscrição na esfera das práticas genuinamente geo-históricas, a saber:

1. os lugares possuem participação irredutível na consecução de resultantes temporais, ou seja, os relacionamentos espaciais, a distribuição territorial dos fenômenos e a forma pela qual os fenômenos se combinam, fazem uma diferença crucial na dinâmica histórica;
2. é preciso voltar a atenção às diferenças, aos limites, às singularidades e aos relacionamentos espaciais, é necessário dar voz à história "especializada" para retirar das geografias do passado elementos explicativos de acontecimentos históricos fundamentais;
3. a apreensão das articulações entre tempo e espaço, dos elementos que, com maior ou menor intensidade, condicionam e singularizam as resultantes temporais não podem ser apreendidas se uma "sensibilidade geográfica" não for introduzida no estudo dos fenômenos do passado;
4. fatos históricos não resultam de necessidades inelutáveis, dependem em boa parte de fatores aleatórios, culturais, psicológicos, políticos e econômicos etc., isto é, a incerteza e as trajetórias inesperadas fazem parte do mundo;
5. a ambição interpretativa da Geo-história é, por excelência, a de dar conta da genealogia dos processos, isto é, do papel do território nas dinâmicas espaço-temporais;
6. admitir que a materialidade territorial caracteriza-se por elevado grau de volatilidade, que o significado ontológico do território nada mais é do que o de servir de canal para a reprodução de ordens vastos é opção epistemológica renunciante da força heurística que esse mesmo território possui, em virtude da condição e da valia que lhes são próprias e da função dele nas dinâmicas sociais e nas formas de estruturação das sociedades; e
7. causas próximas e causas distantes, horizontalidades (estruturas internas) e verticalidades (estruturas externas), processos de ordem local e processos de ordem vasta articulam-se de forma tensional, e essa tensão relacional entre escalas processuais dá ocasião a espaços estruturais de autonomia, iniciativa, diferenciação e singularidade em face de estruturas escalares mais amplas; assim, a Geohistória, que tem no conhecimento da gênese dos processos sua preocupação primeira, obriga-se necessariamente a examinar a natureza da relação espaço/sociedade na estrutura do devir.

Afinal, a singularidade, a diversidade, a incerteza, as trajetórias inesperadas restringem-se às fronteiras do possível; e o provável que aflora do campo das possibilidades individualizantes tecido pelas conexões entre espaço e tempo instrui o olhar sobre a matriz de causalidades a que se ater quando as práticas cognitivas próprias da Geo-história estão em pauta. Se mesmo no mundo hodierno, em que tudo parece ser só tempo, saber qual é o papel do território desponta como questão fundamental, porquanto a estrutura do real insiste em desconhecer a volatilidade territorial, em ignorar sua absoluta subordinação às verticalidades, mais ainda tem a ontologia do território a dizer no caso de dinâmicas socioespaciais pretéritas.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- LONERGAN, Bernard. **Insight: um estudo do conhecimento humano**. São Paulo: É Realizações, 2010.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Formação Colonial e Conquista do Espaço. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005. Cap. 4, p.63-73.
- PHILO, Chris. História, Geografia e o Mistério ainda Maior da Geografia Histórica. In: GREGORY, Dereck et al. (Orgs.). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. Cap. 9, p.269-298.
- REIS, José. Epistemologia do território. **Estudos – Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 13, n.1, 2005, p. 51-74.
- THOMAZ, Luís Felipe. Expansão Portuguesa e Expansão Européia – reflexões em torno da gênese dos descobrimentos. In: THOMAZ, Luís Felipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994, p.1-41.

Recebido em agosto de 2012

Aceito em outubro de 2012

